Transformar a vitória em novas conquistas para o povo brasileiro

Contribuição do Movimento PT/Tribo ao Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

A vitória do presidente Lula deu continuidade a um projeto comprometido com a democracia, a soberania nacional e o combate às desigualdades. Foi uma vitória decisiva, mas a disputa pelos rumos do país continua. A extrema direita mantém apoio social, força nas instituições e capacidade de mobilização.

O próximo mandato será cobrado pelas mudanças que conseguir realizar na vida do povo. Há conquistas a preservar, dificuldades a corrigir e demandas que ainda não foram atendidas. Avançar vai exigir escolhas políticas, apoio popular e disposição para enfrentar os interesses que bloqueiam essas mudanças.

Conjuntura internacional

A vitória do presidente Lula no Brasil e o avanço dos democratas nas eleições de meio de mandato dos Estados Unidos interrompem uma sequência de resultados que vinha alimentando a extrema direita. A maioria democrata na Câmara e no Senado cria obstáculos à agenda de Donald Trump. São derrotas importantes para o campo autoritário, embora ainda seja cedo para falar em uma mudança duradoura no cenário internacional.

Esses resultados também trazem uma lição: a defesa da democracia perde força quando fica distante das dificuldades da população. Emprego, renda, custo de vida e acesso aos serviços públicos fazem parte dessa disputa. A insatisfação com problemas sem solução pode ser explorada por quem oferece respostas autoritárias.

Em Israel, a perda da maioria parlamentar do bloco de Netanyahu enfraquece sua posição, mas não garante uma mudança na relação com o povo palestino. As negociações para formar o governo seguem em disputa. A defesa da paz passa pela proteção dos civis, pelo respeito ao direito internacional e pelo reconhecimento do direito palestino a um Estado soberano.

No Paraguai, a destituição de Santiago Peña e a posse de Pedro Alliana, em meio à crise provocada pelo colapso de um banco, exigem atenção. A mudança na Presidência não encerra os problemas nem repara os prejuízos da população. É necessário apurar responsabilidades, proteger os atingidos e respeitar as garantias democráticas.

O Brasil deve atuar nesse cenário com independência, fortalecer a integração latino-americana e defender soluções negociadas para os conflitos. A autoridade internacional do país também dependerá da coerência entre as posições que assume no mundo e as decisões que toma dentro de casa.

A vitória brasileira e a força da participação popular

A reeleição de Lula foi construída pela militância, pelos movimentos sociais, pelos sindicatos e pelas forças aliadas. O personagem principal foi o povo, muita gente que entrou na campanha por conta própria, sem estrutura ou vínculo partidário.

Essa participação apareceu nas conversas com vizinhos, nos locais de trabalho, nas comunidades e nos grupos de mensagens. Pessoas enfrentaram mentiras, organizaram atividades e buscaram votos porque compreenderam o que estava em jogo. Essa disposição precisa encontrar continuidade depois da eleição, com espaço para participação e influência nas decisões.

Mulheres, jovens, idosos, população negra, pessoas LGBTQIA+, indígenas, quilombolas e trabalhadores do campo e da cidade levaram suas lutas para a campanha. O compromisso com esses setores deve aparecer nas prioridades do governo, no orçamento e na execução das políticas públicas.

É preciso compreender, também, que o voto em Lula reuniu motivações diferentes. Houve apoio às conquistas, defesa da democracia, rejeição ao adversário e cobrança por mudanças. A vitória não significa aprovação de tudo o que o governo e o PT fazem.

A extrema direita continuará disputando essa população, explorando insatisfações e espalhando desinformação. Enfrentá-la exige presença, diálogo e resultados. A articulação no Congresso será necessária, mas terá mais força se estiver apoiada em uma sociedade organizada em torno das mudanças.

O próximo mandato e as mudanças no trabalho

As prioridades do governo precisam fazer sentido para quem espera atendimento no posto de saúde, procura uma vaga na creche, paga aluguel ou chega ao fim do mês sem conseguir fechar as contas. Saúde, educação, moradia, emprego e renda devem orientar o orçamento e as decisões do novo mandato.

O fim da escala 6×1 é uma conquista da mobilização dos trabalhadores. A tarefa agora é acompanhar a transição e garantir que as novas regras sejam cumpridas, sem redução salarial ou manobras que retirem direitos. O descanso precisa chegar à rotina de quem trabalha, com mais tempo para a família, o estudo, o lazer e a vida na comunidade.

Essa agenda deve considerar o quanto o trabalho mudou. Motoristas e entregadores de aplicativos, MEIs, autônomos e pessoas que combinam várias atividades fazem parte de uma realidade que o PT e o movimento sindical precisam conhecer melhor.

Esses trabalhadores não vivem todos a mesma situação. Há quem tenha escolhido abrir um negócio e quem trabalhe por conta própria porque não encontrou emprego. Há quem valorize a autonomia, mas conviva com jornadas extensas e renda incerta. O registro como MEI pode ajudar a organizar uma atividade, mas também pode encobrir uma relação de emprego e retirar direitos.

Reconhecer essas diferenças é necessário para construir propostas que tenham apoio entre esses setores. Previdência, proteção em caso de doença ou acidente, segurança e remuneração justa precisam alcançar quem hoje trabalha sem essas garantias. Nas

plataformas, os trabalhadores devem conhecer as regras de pagamento e de bloqueio e ter condições de representação e negociação coletiva.

Esse vínculo não será construído apenas com discursos ou durante as eleições. É preciso acompanhar a rotina desses trabalhadores, ouvir suas demandas e apoiar formas de organização que respondam às suas necessidades.

O endividamento das famílias também exige ação. O Desenrola Brasil 3.0 deve ser acompanhado em sua tramitação e execução para que a renegociação alcance quem precisa. As condições de pagamento devem caber no orçamento familiar, junto de medidas para recuperar a renda e evitar novas dívidas.

A redução sustentada dos juros, com controle da inflação, é importante para ampliar o investimento, o emprego e o acesso ao crédito. O governo também terá de enfrentar privilégios e avançar na justiça tributária para garantir recursos aos serviços públicos e aos investimentos que o país precisa realizar.

Meio ambiente e transformação socioecológica

A transformação socioecológica deve orientar as escolhas sobre o desenvolvimento do Brasil. O combate ao desmatamento, a proteção da biodiversidade e a produção sustentável precisam gerar trabalho, renda e benefícios para a população.

A COP31 é uma oportunidade para o país defender compromissos mais ambiciosos e mostrar como pretende cumpri-los. O Brasil tem condições de oferecer um exemplo ao mundo pela proteção dos seus biomas, pela energia limpa, pela produção de alimentos e pelo enfrentamento das desigualdades.

Essa liderança depende das decisões internas. Os compromissos assumidos precisam de financiamento, fiscalização e participação social. Os direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais devem ser respeitados nas decisões sobre seus territórios. Trabalhadores e regiões afetados pelas mudanças na economia precisam de formação, proteção e alternativas de renda.

Nas cidades, a transformação socioecológica deve significar água na torneira, saneamento, transporte público de qualidade e moradia segura. Enfrentar enchentes, secas e ondas de calor exige planejamento e investimento, com prioridade para as periferias e os lugares onde a falta de infraestrutura coloca mais vidas em risco.

O combate ao racismo ambiental deve orientar essa política. A população negra, os povos tradicionais e as comunidades mais pobres não podem continuar arcando com os maiores prejuízos da poluição, da destruição ambiental e dos desastres. O Brasil será uma referência se conseguir mudar essa realidade e mostrar que a proteção ambiental melhora a vida do povo.

Segurança pública e proteção da população

A segurança pública está entre as maiores preocupações da sociedade. A violência impõe medo, limita a circulação, prejudica o trabalho e desorganiza a vida das comunidades. O governo precisa responder com firmeza e capacidade de execução.

A aprovação da PEC da Segurança Pública no Senado representa um avanço na integração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Essa articulação deve ter responsabilidades definidas, financiamento e cooperação entre as instituições.

A criação do Ministério da Segurança Pública precisa vir acompanhada de orçamento e condições para coordenar o enfrentamento ao crime organizado, às milícias, ao tráfico de armas e às redes que financiam essas atividades. A nova estrutura deve ser cobrada pelos resultados que produzir.

O combate ao crime não pode aprofundar a criminalização da pobreza, da juventude negra, das periferias e dos movimentos sociais. Quem vive nesses territórios tem direito à proteção do Estado e não pode ser tratado como suspeito por sua cor ou pelo lugar onde mora.

A investigação deve alcançar os financiadores das organizações criminosas, seus negócios e suas relações com o poder público. Inteligência, prevenção, valorização dos profissionais e responsabilização por abusos precisam fazer parte dessa política. A proteção das mulheres, da população LGBTQIA+ e da juventude negra exige ações permanentes.

O PT diante da confiança recebida

A sociedade, ao reeleger Lula, fez um gesto de confiança que exige uma resposta política do PT. O partido precisa compreender tanto o apoio recebido quanto as cobranças que acompanharam essa escolha.

O balanço eleitoral deve mostrar onde houve avanço, onde o partido perdeu presença e por que parte dos trabalhadores ainda não se reconhece no PT. A desinformação e o poder econômico dos adversários são obstáculos reais, mas não explicam todas as dificuldades. Os métodos de organização, a comunicação e o funcionamento das instâncias também precisam entrar nessa avaliação.

Não cabe aceitar a tentativa de colocar o PT no banco dos réus ou desqualificar sua história. Ao mesmo tempo, defender essa trajetória exige enfrentar os problemas que dificultam a relação do partido com a população. Uma avaliação séria deve ajudar a tomar decisões e preparar o futuro.

A renovação dos quadros precisa ser assumida como uma tarefa política. A experiência das lideranças tem muito a contribuir para a formação de quem está chegando. Pessoas que atuam nos bairros, nos movimentos sociais, na cultura, nas redes e nas novas formas de trabalho devem encontrar caminhos para participar e dirigir o partido.

Esses caminhos dependem de formação, recursos, apoio às candidaturas e espaço nas decisões. Se a renovação aparece nas resoluções, mas encontra as mesmas barreiras na prática, o partido perde credibilidade. É necessário estabelecer responsabilidades, prazos e acompanhar o que foi realizado.

Ouvir a sociedade também exige disposição para rever escolhas. Receber cobranças por mudança e manter práticas que afastam a população pode levar o PT a fazer o contrário do que o povo está pedindo.

O partido deve sustentar o governo com autonomia política, defender suas conquistas e organizar as demandas ainda não atendidas. Diretórios, núcleos, setoriais e mandatos precisam manter atividades nos territórios ao longo do ano, com compromissos que continuem depois das eleições.

A comunicação deve nascer dessa presença. Conhecer as dúvidas, as críticas e as dificuldades da população ajuda a falar com clareza e a disputar ideias. A atuação nas redes precisa contar com estrutura e apoio às iniciativas locais.

Mulheres, jovens, negros, pessoas LGBTQIA+, indígenas e quilombolas devem participar das decisões sobre o conjunto do partido. Os setoriais precisam de recursos, formação e condições de influenciar suas prioridades.

Unidade e tarefas do próximo período

O Movimento PT/Tribo defende que o próximo mandato avance com organização popular, participação social e renovação partidária.

A política de alianças deve contribuir para realizar os compromissos assumidos nas urnas. Os acordos precisam ser avaliados por sua capacidade de assegurar conquistas e ampliar o apoio às mudanças.

A unidade do PT exige debate político, critérios transparentes e participação dos diferentes campos, territórios e setores sociais. O espaço para contribuir, divergir e assumir responsabilidades fortalece o compromisso com as decisões coletivas.

Seis prioridades devem orientar a atuação do Diretório Nacional:

1. **Definir uma agenda popular para o início do mandato**, com compromissos, prazos e responsabilidades, articulando governo, bancadas e movimentos sociais.
2. **Organizar uma jornada nacional de escuta e mobilização**, com retorno às comunidades sobre as demandas apresentadas e os encaminhamentos adotados.
3. **Defender os direitos e responder às mudanças no trabalho**, acompanhando o cumprimento do fim da escala 6×1 e construindo propostas com trabalhadores de aplicativos, MEIs e autônomos.
4. **Mobilizar pela melhoria das condições de vida**, com prioridade para renda, endividamento, saúde, educação, moradia e segurança pública.
5. **Avançar na transformação socioecológica**, com proteção dos territórios, combate ao racismo ambiental e participação social na agenda da COP31.
6. **Colocar a renovação partidária em prática**, garantindo formação, recursos e participação de novas lideranças nas direções e nas disputas eleitorais.

A população abriu uma nova oportunidade para o país. Cabe ao governo e ao PT responder com mudanças que possam ser percebidas na vida cotidiana e com espaço para que o povo participe das decisões. A vitória aumenta essa responsabilidade.